Revista Direito, Justiça e Cidadania
20 anos - 2018 DIREITO

A EXTENSÃO COMO MEIO DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Thiessa Maria Bianchini[1]
Michele Noal Beltrão[2]
João Érico Lucas Coelho[3]

RESUMO: O presente trabalho, aborda o Projeto Aprendizado Jurídico: Articulação multidisciplinar em Direitos Humanos, e tem como objetivo demonstrar a importância das atividades de extensão na universidade, bem como levar conhecimento aos acadêmicos e à comunidade para que estes se posicionem, dialoguem e participem ativamente, para que assim, haja um maior conhecimento e promoção sobre a temática dos Direitos Humanos. O Projeto Aprendizado Jurídico se pretende um projeto "guarda-chuva", num canal de extensão universitária dos Cursos de Direito e Psicologia juntamente com a sua comunidade, trabalhando numa esfera, essencialmente, humanista e de inclusão das pessoas com vulnerabilidade. O projeto possui nove linhas de pesquisa com as seguintes temáticas: infância e juventude (GEIA); idosos(as) (GEEI); pessoa com deficiência (GELP); mediação (GEM); relações consumeristas (GEDC); relação entre gêneros e violência contra as mulheres (GAPERG); criminologia e situações de execução penal (GEPCrim); direito ambiental (GEDA) e processo constitucional (GEPCONST). Por meio do projeto, os acadêmicos podem vivenciar um processo de aprendizagem unidos aos problemas que o mundo atual enfrenta, além de mostrar para a comunidade a importância do respeito e proteção dos seus direitos, promovendo a cidadania, para a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária. O Projeto tem como objetivo, ampliar o conhecimento de sala de aula, integrar as ações de

[1]Acadêmica do V semestre de Direito Diurno da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai a das Missões-Campus Santiago, bolsista do Projeto de extensão Aprendizado Jurídico: Articulação Multidisciplinar em Direitos Humanos na mesma instituição. E-mail: tii_bianchini@hotmail.com

[2] Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (1995) e mestrado em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2003). Atualmente é diretora acadêmica Campus de Santiago/RS da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões e professora titular da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Processual Civil, é coordenadora do projeto de extensão Projeto Aprendizado Jurídico: Articulação Multidisciplinar em Direitos Humanos. E-mail: mnbeltrao@urisantiago.br

[3] Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (1980) especialização em pensamento político brasileiro (1991) e mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Santa Maria (1995). Atualmente é professor tempo integral da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional, é co-orientador do projeto de extensão Projeto Aprendizado Jurídico: Articulação Multidisciplinar em Direitos Humanos. E-mail: jerico@urisantiago.br

ensino e extensão estabelecendo um intercâmbio entre os acadêmicos e os docentes com a comunidade em que estão inseridos. Os resultados obtidos, mostram-se gratificantes, pois as áreas pertencentes ao Projeto Aprendizado Jurídico são trabalhadas à luz dos Direitos Humanos, em suas diversas temáticas, onde os grupos adquirem base teórica com as linhas de ação do projeto: encontros de formação para rede de atendimento do município, atividades de mediação escolar. Portanto, este trabalho se mostra de grande importância, mostrando como a extensão pode ser uma ferramenta essencial para a promoção dos Direitos Humanos.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Cidadania. Extensão

1. PROJETO APRENDIZADO JURÍDICO: ARTICULAÇÃO MULTIDISCIPLINAR EM DIREITOS HUMANOS

O Projeto intitulado “Aprendizado Jurídico: Articulação Multidisciplinar em Direitos Humanos” trata-se de um projeto guarda-chuva da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Campus de Santiago, e é um importante canal de extensão universitária entre os Cursos de Direito e Psicologia/URI com a sua comunidade.

O referido projeto procura trabalhar questões relativas aos Direitos Humanos sob um enfoque multidisciplinar através de nove linhas de estudos: infância e adolescência (GEIA); idosos(as) (GEEI); pessoa com deficiência (GELP); mediação (GEM); relações consumeristas (GEDC); relação entre gêneros e violência contra as mulheres (GAPERG); criminologia e situações de execução penal (GEPCrim); direito ambiental (GEDA) e processo constitucional (GEPCONST).

Nesse sentido, o projeto vem trabalhando desde sua origem em 1998 sob uma esfera, essencialmente, humanista e de inclusão das pessoas com vulnerabilidade, bem como procura desenvolver o espírito crítico, participativo e reflexivo dos(as) acadêmicos(as) e dos(as) professores(as) e a compreensão por parte da comunidade a ser beneficiada por esse projeto de sua participação cidadã, efetiva e inclusiva.

Com isso possui determinados objetivos, sendo um deles, ampliar o aprendizado de sala de aula e a partir de reflexões sobre vivências práticas multidisciplinares, difundir e fruir na/com

a comunidade a ideia da necessidade do conhecimento e promoção dos Direitos Humanos para a construção de uma sociedade mais justa, democrática, autônoma e solidária.

Miranda (2006, p. 33-36) afirma que foi durante a Ditadura que os direitos humanos começaram a ser reivindicados pelos movimentos da sociedade civil, logo, os direitos humanos são fruto de uma longa jornada pelo seu reconhecimento.

Assim, a educação é uma ferramenta de suma importância para promoção e acesso a esses direitos, principalmente a educação em Direitos Humanos que é essencial para a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da igualdade, da solidariedade. Portanto, a formação desta cultura significa difundir, consolidar mentalidades e comportamentos que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados – os quais devem se transformar em práticas.

Para tanto, o Projeto Aprendizado Jurídico se mostra de grande importância para a consolidação de tais valores, pois as áreas pertencentes ao Projeto são trabalhadas à luz dos Direitos Humanos, em suas diversas temáticas, onde os grupos adquirem base teórica com as linhas de ação do projeto.

Nessa perspectiva, segundo Gorczevski (2010, p. 40) a educação é o mais importante instrumento de inclusão social para a consolidação da cidadania e concretização dos direitos humanos, sendo imprescindível para a tomada de consciência de si mesmo e de sua importância para a comunidade.

Vale salientar que, no contexto educacional, as instituições precisam promover o conhecimento e o debate em torno dos Direitos Humanos assim, uma instituição comprometida com a vivência dos direitos humanos, ajuda em uma formação voltada para a cidadania e para a interdisciplinaridade.

> A centralidade do processo curricular não está mais nos conteúdos disciplinares, mas sim na interdisciplinaridade. As disciplinas e seus conteúdos passam a se constituir em ferramentas no processo de construção do conhecimento contextualizado, ou, em outras palavras, as diversas representações da realidade, sistematizadas nas diferentes áreas do conhecimento, são auxiliares no processo de conscientização do aprendiz... (EYNG, 2007, p. 198).

Justificando-se então a importância do Projeto Aprendizado Jurídico, o qual busca ampliar o conhecimento de sala de aula, integrando as ações de ensino e extensão estabelecendo um intercâmbio entre os acadêmicos e os docentes com a comunidade em que estão inseridos. Por meio do projeto, os acadêmicos podem vivenciar um processo de aprendizagem

constatando problemas que o mundo atual enfrenta e pensando em possíveis soluções. Sendo assim, todas as pessoas envolvidas no projeto, são igualmente importantes no contexto multidisciplinar para que haja a consolidação de um aprendizado efetivo envolvendo as questões a respeito dos Direitos Humanos.

2. FUNCIONAMENTO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO PROJETO

Mesmo em andamento, tendo em vista a renovação realizada em julho de 2016 com previsão de término para julho de 2018, já são visíveis os resultados obtidos com o projeto, mostram-se gratificantes, pois as áreas pertencentes ao Projeto Aprendizado Jurídico são trabalhadas à luz dos Direitos Humanos, em suas diversas temáticas, onde os grupos adquirem base teórica com as linhas de ação do projeto: encontros de formação para rede de atendimento do município, atividades de mediação escolar.

O projeto também aborda ações dialógicas em Direitos Humanos, por meio de cessões cineclubistas, elaboração de cartilhas, realização de visitas/viagens técnicas, reuniões de estudos de cada linha do grupo, as quais proporcionam aprendizagens significativas nas diferentes áreas abordadas pelo projeto, o que mostra que muitos grupos estão desenvolvendo o embasamento teórico, a fim de se tornarem aptos a atividades extensionistas.

O Projeto Aprendizado Jurídico como uma importante linha extensionista da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Campus Santiago/RS, demonstra a necessidade e essencialidade de continuidade e desdobramento para os próximos anos, tendo em vista ser uma forma de integrar Universidade e Comunidade, justamente por trabalhar uma esfera, essencialmente, humanista dando enfoque aos Direitos Humanos. Vejamos:

O Grupo de Estudo da Infância e Adolescência (GEIA) como uma das linhas do Projeto tem como objetivo dedicar-se à causa da infância e juventude, prioridade absoluta do Estado Democrático de Direito, bem como conhecer e espalhar as ideias advindas do Estatuto da Criança e do Adolescente para os sujeitos de direito em peculiar situação de desenvolvimento (criança e adolescente), pais, acadêmicos e, principalmente, toda a rede de proteção (Conselho Tutelar, professores, Entidades de Acolhimento, Poder Judiciário, etc).

Dessa forma, o GEIA procura trabalhar questões teóricas para estudo do Estatuto da Criança e do Adolescente, que se realizaram através de artigos científicos, bibliografias, bem como exibição de filmes e curta-metragem. Logo após, os coordenadores e participantes do grupo começaram a desenvolver atividades de cunho preparatório para realizar Encontros de Formação Permanente da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente.

O VI Encontro de Formação Permanente da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente se realizou em 11 de outubro de 2016, no Salão de eventos da Escola da URI, proporcionando uma roda de conversa para uma retomada via avaliações e volta às questões teóricas trabalhadas em encontros anteriores e palestra sobre a Evolução histórica dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como sendo realizada uma discussão sobre os temas propostos a partir da formação dos grupos de trabalho que contou com a participação dos integrantes do grupo de estudos. Por fim, houve avaliação do encontro de formação e encerramento do evento.

Com base nas avaliações dos Encontros de Formação entende-se que é de extrema importância dar continuidade à formação, devido os encontros promoverem a articulação da rede de proteção integral a crianças e adolescentes.

O grupo realizou algumas leituras como “Adolescente em conflito com a lei, da indiferença à proteção integral” do autor João Batista Costa Saraiva e “História Social da Criança e da Família” de Philippe Aries, bem como a leitura de alguns artigos e exibição do curta denominado “Invenção da Infância”.

O grupo discute diversos assuntos de grande importância, como o bullying, tema bastante atual. É de suma importância destacar que, o GEIA realizou uma viagem técnica para a FASE em Porto Alegre, bem como o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e a OAB, visto que as viagens técnicas possibilitam aos acadêmicos muito conhecimento e aprendizagem, proporcionando uma visão da realidade da nossa região, bem como o trabalho que é desenvolvido por estas instituições.

Vale destacar também que, os acadêmicos participantes do GEIA, desenvolvem um projeto de ação social, intitulado como “Conhecendo o ECA: construindo uma educação voltada para a Cidadania”, o qual trabalha o Estatuto da Criança e do Adolescente de forma mais alternativa, mais dinâmica realizando atividades de conhecimento e estudo sobre esta legislação em algumas escolas do Município de Santiago.

Nesse sentido, o Grupo de Estudo da Infância e Adolescência cumpre sua missão, de unir a ação aos estudos, pois acredita que, conhecendo o Estatuto da Criança e do Adolescente, é possível defendê-lo, disseminá-lo e implantar os seus princípios e fundamentos frente à sociedade.

O Grupo de Estudos do Estatuto do Idoso (GEEI) e o Grupo de Estudo da Legislação das Pessoas com Deficiência (GELP) realiza atividade conjunta, tendo em vista o número de participantes. O GEEI conta, com o estudo da legislação específica dos idosos, bem como aborda questões teóricas e práticas atuais através de artigos científicos e bibliografias. Ainda, compreende a elaboração de Cartilha dos Idosos, a qual foi desenvolvida pelos acadêmicos participantes do grupo de estudo, procurando esclarecer os direitos e deveres dos idosos à comunidade.

A Cartilha dos Idosos teve lançamento e distribuição no evento da Semana do Idoso realizado em 29 de setembro de 2016. Não obstante, a referida Cartilha também foi distribuída à população no dia 12 de novembro de 2016 na Feira do Livro de Santiago e, ainda, contou com relatório sobre a cartilha, realizado pelo professor coordenador, no dia 09 de dezembro no Conselho Municipal do Idoso.

Vale salientar que, o GEEI conta, ainda, com a linha do Projeto de Ação Social Universidade Experiente e Presente desenvolvendo suas atividades através do Coral Cantar é Viver formado com participação da comunidade. Por sua vez, o GELP realizou estudo de legislação específica e artigos científicos, tendo em vista o advento da Lei 13.146/2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência.

Para tanto, o Estatuto do Idoso e o Estatuto da Pessoa com Deficiência configuram-se como um grande passo dado pelo legislador brasileiro no caminho da concretização dos direitos fundamentais do idoso e a inclusão da pessoa com deficiência, assim mostrando-se os grupos de estudos GEEI e GELP de grande importância com o estudo de tais estatutos, no que tange a conscientização dos acadêmicos e da sociedade para que exista efetivamente o respeito à dignidade da pessoa humana.

Outrossim, o Grupo de Estudos de Execução Penal e Criminologia (GEPCrim), busca compreender atividades com estudo da Lei de Execução Penal, bem como questões teóricas e práticas a partir da Criminologia como ciência no cenário jurídico e penal contemporâneo, no estudo da natureza dos crimes, do comportamento criminoso da vítima e das maneiras de

reinserir o criminoso na sociedade, através dos métodos observacionais e na interdisciplinaridade.

Ressalta-se, que o GEPCrim também desenvolve suas atividades com o aprofundamento da obra "Vigiar e punir" de Michel Foucault através da exibição de Seminários Temáticos, os quais foram divididos em quatro partes, quais sejam, Suplício, Punição, Disciplina e Prisões, proporcionando aos componentes e participantes profundas reflexões e debates sobre a obra trabalhada adaptando-se ao sistema prisional brasileiro atual.

O grupo desenvolve também, estudos a respeito da Lei de Execução Penal, bem como alguns artigos e reportagens a respeito do tema, tendo trabalhado também o livro de Michel Foucault "A Verdade e as Formas Jurídicas", a fim de dar embasamento aos alunos que participam do grupo, para o desenvolvimento de futuras ações extensionistas.

Nesse sentido, o Grupo de Estudos de Execução Penal e Criminologia, busca desmistificar algumas teorias radicais que ferem o princípio da dignidade da pessoa humana, buscando compreender melhor sobre o que significa a Criminologia no Estado Moderno.

O Grupo de Estudos em Processo Constitucional (GEPConst) o qual desenvolver suas atividades entre a cerca de textos e obras Sobre a intercionalização do direito a partir dos direitos humanos ou para onde caminha a humanidade, de José Luis Bolzan de Morais; Derecho Procesal Constitucional: estado de avance, retos y prospectiva de la disciplina, de Victor Bazán; Encantos e Desencantos dos Direitos Humanos: de emancipações, libertações e dominações, de David Sánchez Rubio; e, Constituição Dirigente, de Gilberto Bercovici.

O grupo também procura estudar sobre o controle de constitucionalidade e a atuação da Corte Interamericana de Direitos Humanos, cujo propósito é aplicar e interpretar a Convenção Americana de Direitos Humanos e outros tratados de Direitos Humanos. Faz parte do chamado Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos.

Os participantes do grupo também buscaram estudar sobre temas relacionados ao cosmopolitismo, tema bastante atual o qual considera os homens como formadores de uma única nação, não vendo diferenças entre as mesmas, avaliando o mundo como uma só pátria.

De outro lado, o Grupo de Estudos do Direito do Consumidor (GEDC) desempenhou suas atividades a partir da legislação específica, ou seja, Código de Defasa do Consumidor, bem como aprofunda os estudos através da exibição de vídeos, curta-metragem, artigos científicos e bibliografias sobre a temática, entre elas a obra: A felicidade paradoxal, de Gilles Lipovetsky,

propiciando satisfatória reflexão entre os participantes enfatizando a sociedade de hiperconsumo e a atualidade.

Além disso, o grupo realiza um estudo abordando algumas discussões necessárias voltadas para a sustentabilidade, o qual aborda a relação de consumo, meio ambiente e utilização de recursos naturais de maneira consciente.

O grupo está trabalhando na criação de um blog, a fim de divulgar os direitos dos consumidores, frente a importância da informação para os agentes da sociedade de consumo, levando em consideração também, que o consumidor é considerado a parte mais vulnerável da relação de consumo sendo necessário que fique por dentro de seus direitos.

O Grupo de Acolhimento, Pesquisa e Estudos das Relações de Gênero (GAPERG) procura aprofundar suas atividades com estudo da legislação específica da Lei 11.340/06 “Lei Maria Da Penha”, curtas-metragens e vídeos, bem como através de monografias desenvolvidas pelos acadêmicos de ambos os cursos trabalhando a perspectiva de Relações de Gênero.

O estudo da Lei 11.340/06 “Lei Maria Da Penha” tem como objetivo analisa-la para que o próximo passo do grupo seja conscientizar as pessoas, da necessidade de viver em paz na sociedade, afastando do convívio situações violentas, protegendo as pessoas mais vulneráveis e descontruir a ideia de que a mulher deve ser submissa. O grupo por trabalhar assuntos relacionados a gênero passou a discutir também a Lei 13.421 de 27 de março de 2017, a qual institui a Semana Nacional pela Não Violência contra a Mulher, onde os participantes do grupo se empenharam em desenvolver atividades para serem realizadas nesta semana, que será comemorada na última semana do mês de novembro de 2017, a fim de conscientizar a população e prezando sempre pela proteção e promoção dos direitos das mulheres e também o direito à dignidade da pessoa humana.

Outrossim o Grupo de Estudos em Mediação (GEM) procura aprofundar questões teóricas a partir da obra “Mediação e Arbitragem – Alternativas à Jurisdição!” dos autores, José Luis Bolzan de Morais e Fabiana Marion Spengler, tendo em vista o advento da Lei 13.105/15 (Novo Código de Processo Civil), o qual prevê meios de resolução de conflitos como um de seus principais mecanismos.

Importante salientar, que o grupo procurou trabalhar não só questões teóricas, muito além, desempenhando atividades em casos práticos junto ao EPJUR (Escritório de Práticas Jurídicas) da URI Santiago, o qual atende a população carente santiaguense.

São realizadas diversas leituras e rodas de conversas sobre variados temas que envolvem a mediação para que houvesse um aprofundamento teórico sobre a pratica da mediação.

E dentro do grupo de Estudos em Mediação, também foi e é desenvolvido um projeto de ação social que no mês de março de 2017 se iniciou o desenvolvimento efetivo de tal projeto, o qual é denominado “A recepção da mediação nas escolas e o exercício da alteridade aproximando diferentes identidades”, sob a coordenação das professoras, Me. Angélica Chechi professora do curso de Direito; a professora Esp. Anahy Silveira Freitas Azambuja de Oliveira professora do curso de Psicologia e a assistente social Joceane de Lima Silva.

Os objetivos que se buscam atingir com o desenvolvimento do presente projeto são os que seguem:

1.Viabilizar o acesso à justiça nas escolas envolvidas no projeto, através das práticas de mediação, oportunizando um novo olhar sobre as diferenças, não de tolerância, mas de aceitação;

2. Aproximar a comunidade regional com a universidade, na perspectiva da construção de uma escola mais democrática, mais humana e solidária e, portanto, menos conflitiva, apoiada na cultura do diálogo;

3. Proporcionar à comunidade acadêmica do Direito e da Psicologia a oportunidade de exercitar o tratamento adequado de conflitos, com foco na mediação, para melhor capacitar a formação pessoal e profissional dos envolvidos;

4.Desenvolver uma nova cultura em prol da sociedade, fortalecendo a cidadania e consolidando a mediação escolar como um instrumento de tratamento alternativo de conflitos;

6. Sugerir a implantação de setores de mediação nas escolas, após prévio diagnóstico da realidade posta.

O desenvolvimento desta linha deste projeto de extensão da Universidade Regional Integrada - URI, campus Santiago, é composto de dois módulos trabalhados no período de duração do projeto. Iniciou-se o primeiro módulo, no período de março até julho, do ano de 2017, com vários encontros e palestras, permitindo o contato com os alunos e a preparação para a formação de mediadores. O segundo módulo, a partir do mês de agosto de 2017, vai trabalhar diretamente com a mediação e a formação de mediadores nas escolas participantes.

Nesse primeiro módulo, as atividades se iniciaram no dia 02 de março de 2017, na Escola Estadual de Ensino Fundamental João Eduardo Witt Schmitz, e um dos objetivos

principais de inserir o projeto na escola é o de promover a formação de alunos mediadores de conflitos, visto que a litigiosidade tem aumentado nas escolas, abrangendo o relacionamento entre alunos e destes com os professores. São situações que ganham gravidade cada vez maior, saindo das salas para ganhar as delegacias de polícia e conselhos tutelares, sendo necessário buscar prevenir ou solucionar os conflitos que surgem quando confrontados direitos, tendo em vista o não reconhecimento e inclusão do diferente, sendo esse projeto de suma importância.

CONCLUSÃO

Ante ao exposto, pode-se perceber a interdisciplinaridade do Projeto Aprendizado Jurídico: Articulação Multidisciplinar em Direitos Humanos que visa integrar, as ações de ensino, prática e extensão estabelecendo uma integração entre acadêmicos e a comunidade em que estão inseridos, visando a promoção dos Direitos Humanos.

Nesse sentido, o que se conclui é que as atividades extensionistas são imprescindíveis aos acadêmicos, aos docentes e à comunidade, uma vez que aproxima a Universidade daquela, possibilitando uma troca de valores e experiências. E é por meio dessa troca, que o Aprendizado Jurídico busca fazer perpetrar e fluir o conhecimento, abrangendo, levando-o, inclusive para fora da Universidade.

Vê-se, assim, que o projeto atingiu o objetivo de levar conhecimento aos acadêmicos, docentes e à comunidade para que estes participem de forma efetiva das atividades, como sujeitos de direitos, se posicionando e dialogando, perfectibilizando a interação entre universidade e comunidade, cumprindo o papel da IES como uma universidade que tem missão comunitária.

Da mesma maneira, a sociedade deve agir em conjunto para a efetivação de direitos e políticas públicas, mostrando que os Direitos Humanos vão muito além de uma tarefa estatal de proteção, preservação e promoção desses direitos. Pertence a cada indivíduo o compromisso e a responsabilidade pela efetivação desses direitos, não podendo ser alienado, violado ou perdido, o que é alias um dos objetivos do Projeto Aprendizado Jurídico, perpetuar o conhecimento e a promoção dos direitos dos grupos minoritários e mais vulneráveis da nossa sociedade, se mostrando de grande importância, assim para os acadêmicos os quais adquirem

um conhecimento mais efetivo da realidade, assim como para a comunidade, que fica ciente de seus direitos, visto que o projeto deve se expandir, cada vez mais, para fora da Universidade.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Leonardo e SARDI, Sérgio Augusto**. Direitos Humanos: Um enfoque multidisciplinar**. In Relatório Azul. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família.** 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BAZÁN, Victor. **Derecho Procesal Constitucional: estado de avance, retos y prospectiva de la disciplina.** Disponível em: <https://www. corteidh.or.cr>. Acesso em: 04 de janeiro de 2017.

BERCOVICI. Gilberto. **A problemática da Constituição Dirigente: algumas considerações sobre o caso brasileiro.** Revista de informação Legislativa, v. 36, n.142. p.35-51, abr./jun. 1999. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br>. Acesso em: 04 de janeiro de 2017.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do.** Código 4 em 1 Saraiva: Civil; Comercial; Processo Civil e Constituição Federal. 10ª ed.atual e ampl. São Paulo: Saraiva, 2014.

CHONCHOL, Jaques. Prefácio ao livro Extensão ou comunicação?, de Paulo Freire.

EYNG, A. M. **Projeto Político Pedagógico: Planejamento e Gestão da Escola**. Revista Educação em Movimento, v. 1, n. 2, maio/ago. 2002, Curitiba: Champagnat, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 27ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1987;

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**? Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1997.

GORCZEVSKI, C. **Direitos humanos:** dos primórdios da humanidade ao Brasil. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2005.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MIRANDA, N. **Por que Direitos Humanos**. Belo Horizonte: Autêntica 2006.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2003.

SARAIVA, João Batista Costa. **Adolescente em conflito com a lei: da indiferença à proteção integral: uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.